

## **E se o fim dos tempos fosse hoje? Reflexões sobre as novas movimentações do Escola Sem Partido**

Jennifer Caroline Dias (UEPG)<sup>1</sup>  
[jenniferrc.dias@gmail.com](mailto:jenniferrc.dias@gmail.com)

### **1 Introdução**

*“O fim dos tempos vai ser quando a sociedade estiver tão corrompida que o Mal não terá mais necessidade de se disfarçar para seduzir. Esse dia está chegando...”*

Miguel Nagib.

Após um hiato de aproximadamente dois anos, o Movimento Escola Sem Partido reiniciou suas atividades no mundo digital. Na bio do Instagram oficial, apresenta-se como “*Conta do extinto movimento Escola sem Partido, administrada pelo advogado Miguel Nagib*”. Nota-se que a característica de “empreendimento pessoal” do advogado e procurador do Estado de São Paulo segue intacta. Contudo, o MESP é mesmo apenas um “movimento isolado”, agitador e propagandístico de concepções e pautas da extrema-direita?

No esforço de responder esta questão, busca-se através deste trabalho realizar um resgate do significado do movimento, seu envolvimento com as políticas educacionais e as possibilidades de rearticulação.

### **2 Desenvolvimento**

Movimentos abertamente antidemocráticos fortaleceram-se especialmente após a década de 2010. Destacou-se no cenário educacional o “Movimento Escola Sem Partido”, uma iniciativa do advogado e procurador do estado de São Paulo em Brasília, Miguel Nagib, que, em setembro de 2003, alegou que o professor de história da sua filha era “doutrinador” por ter comparado as figuras de São Francisco de Assis a Che Guevara.

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPGE - UEPG, sob o fomento da CAPES.

A mobilização desembocou em uma iniciativa conjunta de estudantes e pais “preocupados” com a contaminação política e ideológica presente nas salas de aulas. A formalização do movimento ocorreu em 2004, mas teve uma atuação “apagada” até a década de 2010. Com a crise política do governo Dilma Rousseff (2011-2014), o movimento passou a ser mais um elemento de tensão política e um campo de atuação de grupos ultraconservadores.

Após o *impeachment* e o golpe de 2016 e a aprovação do “pacotão” antipopular (contrarreforma do Ensino Médio, contrarreforma Trabalhista e a PEC da “morte”) e a vitória eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro, vê-se com mais agressividade a ofensiva da extrema-direita e, portanto, um momento ideal para o crescimento do MESP.

A atuação do movimento ao longo da década se deu sobretudo na esfera legislativa, através de inúmeros projetos de lei protocolados em todo país, que giravam em torno do “Programa Escola Sem Partido”, cujas premissas foram o combate ao “esquerdismo” e à “ideologia de gênero”.

No entanto, um fatídico momento mudou a perspectiva do MESP: a suspensão integral da lei 7.800/2016 (Programa “Escola Livre”, aprovada em Alagoas), pela decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em 21 de março de 2017. O Escola Sem Partido foi declarado inconstitucional pelo STF e o fundador encerrou as atividades do grupo.

Destaca-se que, nos últimos 30 anos, houve o recrudescimento dos aparelhos coercitivos do Estado e a manutenção do consenso através de Aparelhos Privados de Hegemonia, que foram responsáveis pela difusão do ultraliberalismo através da incorporação da ideologia burguesa nas classes subalternas para favorecer a extração de mais-valor (FONTES, 2010, p. 11). Ainda, com o esgotamento do liberalismo moderado dos governos petistas e o crescimento de teorias conspiratórias consensuais, como o anticomunismo e o antimarxismo, surgiu um movimento inédito de renovação do conservadorismo, com uma “nova” direita extremista e transnacional (HOEVELER, 2016). Essa reedição das direitas no mundo foi conceituada por Colombo (2018) como

*Frente Liberal Ultraconservadora*, em que o Escola Sem Partido, no sentido da **ideologia** que representa, tornou-se o principal eixo articulador dessa frente.

Os princípios da Frente Liberal Ultraconservadora são os indivíduos acima do Estado e do coletivo, liberdade absoluta do mercado, defesa irrestrita da propriedade privada e a existência do público apenas como um facilitador do acúmulo de capitais. Segundo Lamosa (2020), a Frente aglutina a fração de classe que forma o “bolsonarismo”: militares, a lumpemburguesia, setores religiosos ligados à Igreja evangélica e alas retrógradas da Igreja Católica. Além disso, a base econômica que expressa a existência da frente liberal ultraconservadora em frentes como o Instituto Brasil 200 (LAMOSA, 2020, p. 16), financiadores da campanha de Jair Bolsonaro em 2018, expressando os anseios de uma base social ultraconservadora.

Foram vários sujeitos que disputaram a direção e a concepção hegemônica de educação, dentre eles, os ultraconservadores e o empresariado. Uma dessas disputas envolveu a Reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC através da Lei 13.415/17. O consenso aconteceu pela união das agendas no que se refere à censura da oposição (LIMA, 2017).

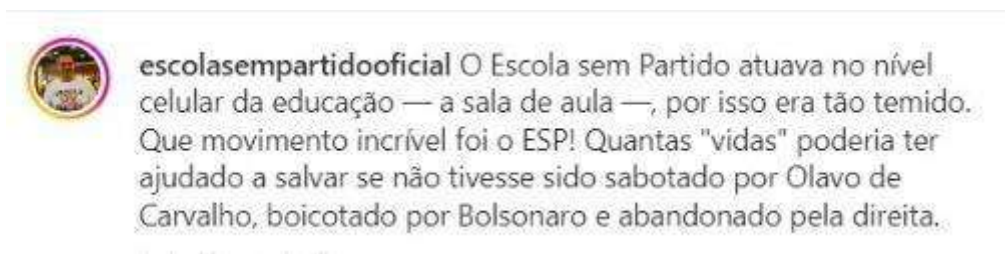
O MESP formou um sujeito coletivo atuante em negociações políticas importantes para os rumos da educação pública. Segundo Peroni (2017), o movimento representado por parlamentares e outros entusiastas buscou disputar um projeto de educação pautado na moral conservadora. Ainda segundo a educadora, nas discussões da BNCC, o MESP atuou deslocando a discussão sobre o currículo acerca do que deveria existir ou não no currículo. A preocupação principal dos fundamentalistas referiu-se sobretudo a “*demandas político partidárias, sociais, de gênero e sexualidade*” (MACEDO *apud* PERONI, 2017, p. 422).

A reforma afetou negativamente as políticas educacionais que representaram um avanço nas últimas duas décadas, sobretudo após a LDBEN 9.394/1996. Em suma, a agenda golpista acelerou a implementação da contrarreforma do ensino médio, consolidada de maneira antidemocrática, forjada por atores sociais envolvidos com o mercado financeiro e a manutenção do sistema capitalista, mas sem participação de educadores, estudantes e a comunidade escolar.

## Considerações finais

O argumento para a implementação da BNCC foi o suposto fracasso da escola pública, por culpa dos próprios docentes e, apesar de não implementado, a marca propagandística do ESP explicitou a noção de que o Estado não deve ampliar políticas sociais, atuando ativamente contra o povo.

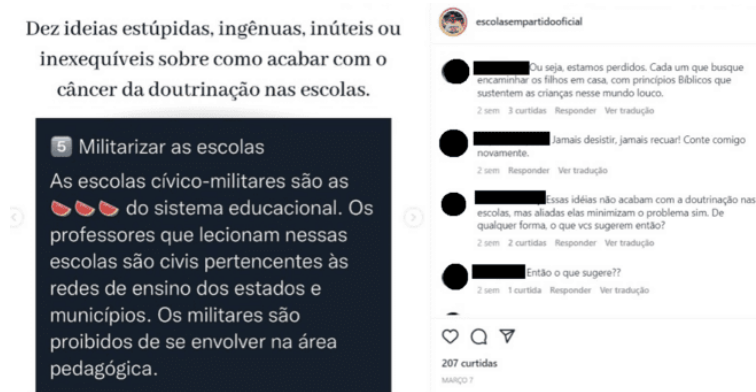
A nova característica do MESP aparenta-se ressentida sobre o que “deveria ser feito”. O fundador do movimento, Nagib, aposta em uma imagem de “abandonado”, pois acredita que nunca foi ouvido ou interpretado como deveria.



**Imagem 1:** Post realizado no Instagram oficial, no dia 24/03/2023.

Com uma característica mais "nostálgica", Nagib busca reconhecer a “brilhante trajetória” do movimento que deixou de existir. Aquele coloca-se na posição de recuperação de algumas lembranças e de “reposicionar” os princípios do MESP, contrapondo-se a pautas que outrora faziam parte das reivindicações, como o *homeschooling* e a militarização das escolas. Segundo o fundador, essas não acabam com o “câncer da doutrinação das escolas”, uma vez que a semente da “zumbificação” dos professores acontece desde o maternal I. Logo, a disputa deve acontecer a partir da censura, atrelada a um projeto societário de direita que configure todo o sistema escolar brasileiro.

É importante observar também como os próprios seguidores de Nagib reagem às suas colocações. Cobranças como “Então o que sugere?” são recorrentes em alguns posicionamentos, o que demonstra uma certa estranheza do público com as novas colocações do fundador.



**Imagem 2:** Post no Instagram oficial do movimento, realizado no dia 07/03/2023.

Uma das movimentações recentes que coadunam com o mesmo período em que Miguel Nagib voltou com as publicações nas redes sociais do MESP foi a defesa da revogação da contrarreforma do Ensino Médio, cuja influência do movimento foi notória. Contudo, ainda não houve nenhuma menção nas postagens acerca desta movimentação.

## Referências

COLOMBO, L. R. *A frente liberal ultraconservadora no Brasil: Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, 2018.

DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

LAMOSA, Rodrigo. *As frentes de ação da classe dominante na educação: entre o Todos pela Educação e a ideologia escola sem partido*. In: LAMOSA, Rodrigo (org.). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Editora Terra sem amos: Parnaíba, 2020.

LIMA, Paula Valim de. *Escola sem sentido: implicações do Escola Sem Partido para a democratização da educação pública*. UFRGS. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. LIMA, Paula Valim de. *As reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia*. Revista Retratos da Escola. Brasília, v.11, nº 21. 2017.